

## **Implosão das pontes para o desenvolvimento**

Eduardo Fagnani<sup>1</sup>

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Essa marca tem raízes históricas ditadas pela industrialização tardia, pela curta e descontinuada experiência democrática e, especialmente, pelo longo passado escravocrata. Em pleno século XXI, o país ainda não foi capaz sequer de enfrentar desigualdades históricas herdadas de mais de três séculos de escravidão. Em média, 10 adolescentes são assassinados por dia e morrem proporcionalmente sete negros para cada branco. Em um grupo de 84 países, estamos na quinta pior posição (atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa). No Rio de Janeiro, 80% das vítimas de homicídios resultante de intervenções policiais são negros.<sup>2</sup> A cada 28 horas, um travesti ou transexual é assassinado, o que exemplifica o estágio civilizatório rudimentar em que nos encontramos.

O país permanece entre as 20 nações com maior concentração de renda do mundo. A secular concentração da riqueza agrária no Brasil continua intocada, a apropriação física do espaço urbano é assimétrica entre classes sociais e o sistema tributário não taxa os ricos. A estrutura do mercado de trabalho guarda traços de economias subdesenvolvidas. As iniquidades também estão presentes na profunda discrepância do acesso aos serviços sociais básicos entre classes sociais e regiões do país.

A construção de uma sociedade menos desigual requer que aperfeiçoemos nossa democracia; que forcemos o papel do Estado; requer uma gestão macroeconômica voltada para criar um ambiente favorável à

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da Unicamp, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT/IE-UNICAMP) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Agenda para o Desenvolvimento ([www.plataformapoliticasocial.com](http://www.plataformapoliticasocial.com)).

<sup>2</sup> <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,politicadas-de-igualdade-racial-fracassaram-no-brasil--afirma-onu,10000021133>

redução continuada das desigualdades; requer a consolidação de políticas sociais universais que assegurem o acesso a serviços sociais básicos e ampliem a cidadania; requer também que se consolidem e preservem-se direitos sindicais e trabalhistas e os direitos humanos.

Entretanto, no governo Temer, todos esses pressupostos estão sendo aviltados. É o que se pretende demonstrar a seguir.

### **Democracia: um corpo estranho ao capitalismo brasileiro**

Não existem perspectivas favoráveis para reconquistar uma trajetória de desenvolvimento sustentável e de longo prazo para enfrentar as diversas faces da crônica desigualdade social se este projeto não for pensado na perspectiva da democracia. O enfrentamento do conflito redistributivo em favor das demandas da sociedade e da cidadania depende do reforço da esfera pública. A sociedade demanda reforço da democracia participativa, prestação de contas pelos governantes e representantes, responsabilidade pública pela qualidade dos serviços, transparência no processo decisório e definição de prioridades que sejam do interesse geral e não do interesse particular.

Todavia, a recorrente experiência passada e o golpe parlamentar de 2016 deixam claro que a democracia parece ser um corpo estranho ao capitalismo brasileiro. Neste exato momento, as elites brasileiras, mais uma vez, estão demolindo uma cláusula pétrea da democracia, inscrita no artigo primeiro da Constituição da República: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Diante da incapacidade de conviver com o antagonico, dissolvem o Estado democrático e fortalecem o Estado policial. Podemos retroceder um século, pois há fortes indícios de que a questão social voltará a ser tratada como “caso de política”.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Há sinais inequívocos de que este processo está em curso. Além do perfil do Ministro da Justiça, são emblemáticos os seguintes fatos: a criação de uma espécie de novo Sistema Nacional de Informação; a designação de um general para cuidar da FUNAI; a transferência do INCRA para a Presidência da

## **Reforma liberal do Estado: “privatizar tudo o que for possível”**

O fortalecimento do papel do Estado é requisito para um projeto nacional comprometido com a superação do subdesenvolvimento social. O Estado cumpre, nas sociedades capitalistas, tarefas essenciais no planejamento de ações de longo prazo, financiamento dos projetos estruturantes e coordenação dos investimentos públicos e privados. Não há na história econômica do capitalismo, nenhum caso de país que tenha se desenvolvido sem o concurso expressivo de seu Estado nacional. Esse fato é inquestionável inclusive nos países do centro do sistema capitalista, como Alemanha, Japão, Inglaterra e EUA. O mesmo se verifica nos casos da Coreia do Sul e de Taiwan e, mais recentemente, a China.

Na contramão da experiência histórica, o objetivo de Temer é "privatizar tudo o que for preciso", tanto na infraestrutura econômica quanto na infraestrutura social. A Medida Provisória 727/2016 resgata o Programa Nacional de Desestatização dos Governos Collor e FHC agora, com o codinome de Programa de Parcerias de Investimento (PPI). A MP traz um apêndice que fragiliza o licenciamento ambiental – que é o principal instrumento de análise dos impactos ambientais de qualquer tipo de empreendimento.

Tramitam no Congresso Nacional projetos que privatizam todas as empresas públicas,<sup>4</sup> determinam o fim da exclusividade da Petrobras e do regime de partilha na exploração de petróleo em águas profundas.<sup>5</sup>

O paradoxo dos anos de 1990 (o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ser o braço da privatização

---

República; a ofensiva contra os meios de comunicação alternativos; a tentativa de abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) para investigar as ações da UNE, do INCRA e da FUNAI, a quebra dos sigilos bancários do Conselho Indigenista Missionário (ligado à Igreja Católica) e da Associação Brasileira de Antropologia; o projeto para uma nova lei de abuso de autoridade, encaminhada pelo Presidente do Senado; e o projeto das “10 Medidas Contra a Corrupção” (PL 4850/2016), que formaliza as propostas encaminhadas pelo Ministério Público (que suprimem aspectos do devido processo legal e conferem mais poderes de exceção ao Estado). Junte-se a isso a vigência da Lei Antiterrorismo (13.260/2016), infelizmente sancionada com vetos pela presidente Dilma Rousseff.

<sup>4</sup> PLS 555/2015 – Senado.

<sup>5</sup> PL 6726/2013.

do patrimônio nacional) retorna com força ameaçando o que restou dos setores elétrico, petróleo e gás. Os bancos públicos também estão na alça de mira. A privatização também é parte dos condicionantes impostos aos governos estaduais para a renegociação das suas dívidas com a União.

Na educação, há sinais no sentido da introdução do ensino pago na pós-graduação, do fim da gratuidade na graduação e da ampliação do pro-Uni para o ensino médio, beneficiando, ainda mais, as grandes corporações educacionais privadas.

A privatização da saúde pública resultará cumulativamente de diversas outras medidas que tramitam no Congresso Nacional, voltadas para atender os interesses do setor privado, com destaque para a Proposta de Emenda Constitucional de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que obriga todos os empregadores, de trabalhadores urbanos e rurais, a fornecerem planos privados de saúde subsidiados por recursos públicos.<sup>6</sup>

A intenção manifesta pelo Ministro da Saúde de criação de um plano “popular” de serviços de saúde é a rejeição das propostas anteriores da possibilidade de que o Estado possa oferecer a todos os cidadãos serviços de saúde de qualidade. Em última instância, reitera-se a participação do mercado privado de planos e seguros transformando a saúde em mera mercadoria. Essa opção liberal está em linha com a recomendação das Instituições Multilaterais (como, por exemplo, o Banco Mundial).<sup>7</sup>

### **Reforço da “austeridade” econômica**

A criação de uma sociedade mais igualitária requer que a gestão macroeconômica crie um ambiente favorável para o objetivo de longo prazo de reduzir continuamente a desigualdade. O progresso material é vital para a melhoria generalizada das condições de vida da população. O crescimento

---

<sup>6</sup> Proposta de Emenda Constitucional 451.

<sup>7</sup> <http://plataformapoliticasocial.com.br/artigo-34-temer-politicas-de-saude-pobres-para-os-pobres/>

continuado da produção e da renda é condição necessária para a estruturação do mundo do trabalho e ampliação do bem-estar social.

Não obstante, o arcabouço institucional adotado pelos organismos internacionais desde os anos 1990, consubstanciado no chamado tripé macroeconômico (câmbio flutuante, superávit fiscal e regime de metas de inflação), caminha na contramão desse propósito e tem por objetivo maior preservar a riqueza financeira.

Recentemente, os alertas sobre a “explosão da desigualdade” passaram a influenciar até mesmo organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em junho de 2015, a diretora-geral do FMI afirmou que “reduzir a desigualdade excessiva (...) não é apenas correto do ponto de vista moral e político, mas é um bom princípio econômico”. Em suas palavras, “o excesso de atividade financeira pode distorcer a distribuição de renda, erodir o processo político e comprometer a estabilidade e o crescimento econômico (...). Para ter crescimento mais duradouro, será necessário gerar crescimento mais equitativo”<sup>8</sup>.

Posicionamento do FMI<sup>9</sup> reconhece os erros das políticas de “austeridade” recomendadas para enfrentar a recessão da Europa<sup>10</sup>. Após a crise de 2008, esse “estado da arte” da teoria monetária entre os economistas do *mainstream* passou a ser revisto. Em 2016, três economistas do FMI alertaram que “em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, colocando em risco uma expansão duradoura”. E apontam que cortes de gastos do governo, privatização, livre comércio e abertura de capital podem ter custos significativos em termos de maior desigualdade.<sup>11</sup>

---

8 <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/speeches/2015/061715p.pdf>

9 IMF (2014 a) Legacies, Clouds, Uncertainties, World Economic Outlook, October 2014 Washington D.C.: International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org>.

10 [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1555117](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1555117)<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2014/09/blanchard.htm>

<sup>11</sup> Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani, and Davide Furceri; Neoliberalism: Oversold? IMF. FINANCE & DEVELOPMENT, June 2016, Vol. 53, No. 2 <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>

Mas aqui a saudada “equipe econômica dos sonhos”, na contramão do mundo, vai aprofundar ainda mais a gestão ortodoxa. Diversas medidas estão tramitando no Congresso Nacional (dentre outras, autonomia jurídica para o Banco Central e a criação de uma Autoridade Fiscal Independente, por exemplo) com o objetivo de turbinar o "tripé macroeconômico".

O reforço do "tripé" é incompatível com o crescimento, geração de empregos e ampliação da cidadania. David Stuckler, professor de política econômica e saúde pública na Universidade de Oxford (Reino Unido), referindo-se ao caso da saúde, afirmou que austeridade no setor “é uma falsa economia, e não é nenhum exagero dizer que austeridade mata”. Como alternativa, aponta a clássica experiência do "New Deal" que, dentre outras medidas adotadas para a recuperação econômica dos Estados Unidos após a Grande Depressão iniciada em 1929, “investiu muito na construção de hospitais e escolas”.<sup>12</sup>

Até mesmo o Papa Francisco, em discurso proferido na Bolívia (2015), alertou que “os seres humanos e a natureza não devem estar ao serviço do dinheiro”. Para ele, políticas de “austeridade” representam uma “economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir” (...) “Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Terra”. (...) “Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconômico, arruína a sociedade, condena o homem e transforma-o em escravo”.<sup>13</sup>

O reforço da ortodoxia compromete o crescimento. O único propósito é "colocar a inflação no centro da meta a qualquer preço", pela manutenção das taxas de juros elevadas e pelo aprofundamento do ajuste fiscal (corte de despesas não financeiras). Isso limita o crescimento, aprofunda o desemprego e a queda da renda do trabalho. No entanto, a degradação do mercado de trabalho é funcional para combater a inflação.

---

<sup>12</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2016/06/1782506-austeridade-em-saude-e-uma-falsa-economia-diz-professor-de-oxford.shtml>.

<sup>13</sup> <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/544477-questa-economia-mataq-afirma-papa-francisco>

Desde 2013, diversos economistas liberais alertam sobre a dificuldade de reduzir a inflação com pleno emprego. Era preciso demitir, profetizavam.

Mas a recessão tem outras serventias. Desde 2015, ela tem sido eficaz para realimentar a crise política e insuflar as ações golpistas, rebaixar os custos trabalhistas, liquidar em poucos anos o legado social petista, criminalizar quaisquer políticas distributivas (declaradas "populistas" e "irresponsáveis") e, por consequência, todos os partidos políticos e movimentos de esquerda.

A recessão também é funcional para implantar o Estado Mínimo liberal, pois “não há alternativa” a não ser o severo corte de gastos "obrigatórios" nas políticas sociais universais, liquidando com a ordem social instituída pela Constituição de 1988. Trata-se de oportunidade para que os detentores da riqueza financeira concluam, em poucos anos, o serviço que vêm tentando fazer desde a Assembleia Nacional Constituinte dos anos de 1980.

### **Cidadania social: outro corpo estranho ao capitalismo brasileiro**

Ainda vivemos graves níveis de concentração de renda e de riqueza que implicam miséria, pobreza, desemprego estrutural e acesso precário aos bens e serviços sociais básicos. São traços marcantes do subdesenvolvimento que precisam ser superados se queremos um país um pouco mais civilizado. Para isso, deveríamos desbravar caminhos para construir um projeto nacional que priorize a distribuição da renda e a justiça social. Em países de capitalismo tardio, essa tarefa requer, necessariamente, reforço do papel do Estado e crescimento econômico. A formação de uma sociedade menos desigual também requer os direitos sociais sejam universalizados para o conjunto da população. A Constituição de 1988 consagrou as bases de um sistema de proteção inspirado nos princípios da universalidade, da seguridade e da cidadania, mas na prática há uma considerável distância entre direitos estabelecidos e exercício de direitos.

Em vez de consolidar os direitos sociais conquistados em 1988, o objetivo de Temer é destruir o que ainda restou do Estado Social e implantar o Estado Mínimo. Nesse particular, os ideólogos liberais tiveram êxito ao induzir um "consenso" segundo o qual o ajuste fiscal requereria a revisão do "pacto social da redemocratização". Argumentam que os gastos sociais têm crescido num ritmo que compromete as metas fiscais. Estão dizendo que as demandas sociais da democracia não cabem no PIB.<sup>14</sup>

Vendem a ilusão de que sem ajuste fiscal nada será possível (baixar juros, crescer, criar emprego etc.). Essa centralidade equivocada não é técnica nem é neutra. Ela serve de justificativa para implantar o Estado Mínimo liberal. "Não há alternativas", voltam a sentenciar, a não ser ampliar as severas restrições ao gasto e destruir o Estado Social.

A ampliação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30%, recém-aprovada pelo Congresso, alastrou a captura de recursos que a Constituição atrelava ao financiamento da Seguridade Social (Saúde, Seguro-desemprego, Previdência e Assistência Social) e da Educação. Tramitam no Congresso Nacional propostas de mudanças constitucionais que visam a acabar com a vinculação de recursos fiscais para Saúde e Educação.

Mais grave é a Proposta de Emenda à Constituição PEC 241/16, que congela gastos públicos por 20 anos. Chamada de "Novo Regime Fiscal", a PEC limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pela inflação. Estudos realizados por especialistas apontam que, se for adotada essa PEC, em 10 anos haverá redução de gastos superiores a 40% em áreas como saúde, educação e previdência.

Esse dito "Novo Regime Fiscal" destrutura por completo o Estado Social. Se vier a ser aprovado e cumprido, inviabilizará a vinculação de recursos (educação e saúde) e o atrelamento do piso dos benefícios ao salário-mínimo (Previdência e Assistência Social). Na renegociação das

---

<sup>14</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/226576-ajuste-inevitavel.shtml>



dívidas com os governos estaduais, o governo federal impôs o teto de gastos para estes entes federativos, o que também afetará essas áreas, dado o caráter cooperativo da gestão federativa em áreas como educação, saúde e assistência social.

Esse é apenas um dos "cavalos de Troia" para impor o Estado Mínimo: políticas pobres dirigidas somente para os pobres definidos pelo *establishment* internacional (o indivíduo que ganha menos de um ou dois dólares por dia). O restante da população (os "não pobres") que comprem serviços sociais no "mercado". O propósito é desestruturar o Estado Social e impor o Estado Mínimo liberal.

A reforma da Previdência caminha no mesmo sentido. Somos um dos países mais desiguais do planeta e seremos campeões mundiais em exigências para aposentadoria. Entre as medidas ensaiadas está a desvinculação do reajuste dos benefícios ao piso do salário-mínimo. Com ela, revisitaremos práticas da ditadura militar, quando o governo corrigia os benefícios previdenciários abaixo da inflação. Como consequência, os gastos da Previdência serão reduzidos e recapturados para a gestão da dívida pública.

Outro item da reforma Temer-Meirelles é exigir para todos os tipos de aposentadoria a idade mínima de 65 anos e 35 anos de contribuição. Essa regra se aplicaria às mulheres – que, atualmente se aposentam com 60 anos de idade – e para a previdência rural – que, hoje, exige idade mínima de 60/55 anos (homem/mulher). A visão fiscalista não considera a especificidade da inserção da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, nem as enormes heterogeneidades da zona rural brasileira. Como se sabe, mais de 70% da pobreza extrema está situada na zona rural do Nordeste. Temer-Meirelles querem aplicar àquela zona rural nordestina o mesmo padrão de idade que é exigido hoje na Dinamarca.

O propósito da reforma, unicamente fiscalista, é destruir o legado de 1988, para recapturar cerca de 8% do PIB conquistado pelos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. Ao colocar a Previdência dentro do

Ministério da Fazenda – fato inédito no mundo –, os detentores da riqueza deixam claro que não precisam mais de intermediários.

Em suma, estamos vivendo o final de um ciclo inaugurado em 1988, no qual, aos trancos e barrancos, por força da pressão da sociedade civil organizada, abriram-se brechas para que o difícil processo civilizatório avançasse moderadamente no Brasil. O final desse curto ciclo revela que a cidadania social também parece ser corpo estranho ao capitalismo brasileiro, que não tolera sequer conquistas marginais de direitos fundamentais. Em 500 anos de história, tivemos menos de 30 anos de tentativas de construção efetiva da cidadania social. Nos últimas três décadas, extirpar essa experiência, fruto da ação dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, tornou-se uma obsessão para a elite predatória.

### **Direitos trabalhistas e sindicais: um século de retrocesso**

A década passada é marcada pela reversão do processo de desestruturação do emprego e da renda iniciado ainda na década de 1980. Entretanto, nosso mercado de trabalho ainda possui traços de economias subdesenvolvidas ou periféricas, cujas causas, históricas e estruturais, são de difícil solução, sem democracia e crescimento econômico: elevada heterogeneidade, presença disseminada do subemprego, excedente estrutural de mão de obra, criação de empregos de baixos salários em setores de menor valor agregado, elevada informalidade (cerca de 40% dos trabalhadores) e índices de rotatividade que apresentam trajetórias ascendentes, mesmo com crescimento econômico. Manter as conquistas recentes e enfrentar essas desigualdades do trabalho requer um plano mais geral, articulado com um projeto de desenvolvimento.

Todavia, o propósito de Temer caminha no sentido oposto de implantar as reformas liberais há tempos reivindicadas pelo mercado. A mentalidade atrasada e espoliativa da elite brasileira fica evidente, por exemplo, pela declaração de um empresário de que nos EUA, o funcionário “come o sanduíche com a mão esquerda e opera a máquina com a direita” e,

portanto, “bastam 15 minutos para o almoço”.<sup>15</sup> O mesmo caráter aparece na proposta de ampliação da jornada semanal para 80 horas explicitada, sem pudor, pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).<sup>16</sup> Se o leitor ficou “chocado” com tais declarações, jamais deverá ler o documento “Agenda para o Brasil sair da crise – 2016/2018” elaborado pela entidade.<sup>17</sup>

Se tais propostas vingarem, os retrocessos no caso dos direitos sindicais e trabalhistas nos levarão de volta para o início do século XX. As medidas, listadas a seguir, que tramitam no Congresso Nacional, não deixam margens à dúvida de que retrocederemos um século de conquistas: fim da regra de valorização do salário-mínimo; prevalência do “negociado sobre o legislado”;<sup>18</sup> terceirização sem limite permitindo a precarização das relações de trabalho;<sup>19</sup> impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho;<sup>20</sup> livre estimulação das relações trabalhistas entre trabalhador e empregador sem a participação do sindicato;<sup>21</sup> estabelecimento do trabalho de curta duração;<sup>22</sup> regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores;<sup>23</sup> e redução da idade para início da atividade laboral, de 16 para 14 anos<sup>24</sup> são exemplo do que está por vir.

Também é importante ressaltar que a extinção da multa de 10% paga pelos empregadores por demissão sem justa causa<sup>25</sup> foi recentemente aprovada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. O projeto de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) amplia ainda mais o uso já

---

<sup>15</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/09/1523956-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-benjamin-steinbruch-a-folha-e-ao-uol.shtml>

<sup>16</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-07/cni-defende-carga-de-80-horas-semanais-para-trabalhador-brasileiro>

<sup>17</sup>

<http://www.portaldaindustria.com.br/relacoesdotrabalho/media/publicacao/chamadas/AgendaparaoBrasilairdaCrise2016-2018final-28abril.pdf>

<sup>18</sup> PL 4193/2012 – Câmara.

<sup>19</sup> PL 4302/1998 – Câmara, PLC 30/2015 – Senado, PLS 87/2010 – Senado.

<sup>20</sup> PL 948/2011 – Câmara e PL 7549/2014 – Câmara.

<sup>21</sup> PL 8294/2014 – Câmara.

<sup>22</sup> PL 3342/2015 – Câmara.

<sup>23</sup> PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara.

<sup>24</sup> PEC 18/2011 – Câmara.

<sup>25</sup> PLP 51/2007 – Câmara e PLS 550/2015 – Senado.

obscenamente amplo da rotatividade do emprego, como mecanismo para rebaixar os custos trabalhistas.

### **Direitos humanos e igualdade: radicalizar o projeto conservador**

Se, nas esferas econômica, social e trabalhista, o propósito é radicalizar o projeto liberal, no campo dos direitos humanos o propósito é radicalizar o projeto conservador. Esse caráter ficou patente no primeiro dia do golpe, quando a “democracia de resultados” de Temer extinguiu os Ministérios das Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos e Juventude. De quebra, transformou as políticas para a Cultura, Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Agrário em políticas de segunda classe.

Tramitam no Congresso Nacional medidas que revogam o Estatuto das Crianças e Adolescentes (ECA), uma das principais conquistas da Constituição de 1988, com destaque para a redução da maioria penal<sup>26</sup> e o aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo.<sup>27</sup> Esses retrocessos vêm acompanhados pela instituição do Estatuto do Desarmamento.<sup>28</sup>

Também transitam no Parlamento medidas que suprimem direitos recentemente conquistados pelas mulheres e movimentos que defendem a diversidade sexual, com destaque para a alteração do Código Penal sobre a questão do aborto, criminalizando as mulheres e os profissionais de saúde;<sup>29</sup> a instituição do Estatuto do Nascituro que ameaça os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, criminalizando e inviabilizando o aborto previsto no Código Penal<sup>30</sup>; e a Instituição do Estatuto da Família, que não reconhece os direitos na promoção da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

---

<sup>26</sup> PEC 115/2015 – Senado;

<sup>27</sup> PLS 2517/2015 – Senado;

<sup>28</sup> PL 3722/2012 – Câmara;

<sup>29</sup> PL 5069/2013 – Câmara;

<sup>30</sup> PL 478/2007 – Câmara; PL 6583/2013 – Câmara;

A pauta “positiva” dos ruralistas propõe transferir a competência para demarcar territórios indígenas e áreas quilombolas, do Poder Executivo para o Congresso Nacional;<sup>31</sup> modificar a legislação que define o que é trabalho escravo, reduzindo o rigor da lei e a possibilidade de punirem-se os infratores;<sup>32</sup> limitar a atuação dos fiscais do Ministério do Trabalho nas fazendas; suprimir os poderes deliberativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente; suprimir toda e qualquer restrição à compra de terras por estrangeiros.

### **Nota final**

O golpe é uma oportunidade para radicalizar o projeto liberal no Brasil. Trata-se de uma agenda ultraliberal nos campos econômico e social e ultraconservador no campo dos direitos humanos. Isso não passa pelo crivo popular. Esse projeto foi derrotado nas últimas quatro eleições. Essa agenda vem sendo tentada há mais de quatro décadas e agora, com o golpe, é a oportunidade de que ele seja finalmente consumado. O decrépito Congresso Nacional, constituído pela mercantilização das eleições, assegura dois terços dos votos, suficientes para alterar de cabo a rabo toda a Constituição de 1988, marco do processo civilizatório brasileiro.

Os detentores da riqueza financeira não conseguiram radicalizar esse projeto na década de 80, quando grande parte da América Latina fez isso. Naquela época, no Brasil, a sociedade queria acertar as contas com a ditadura e o projeto neoliberal encontrou resistências para prosperar.

Nos anos 90 obtiveram êxito na área econômica em muitos campos (como a abertura comercial financeira, fim do monopólio estatal sobre os recursos naturais, a privatização das grandes empresas nacionais, o regime de meta de inflação, meta de superávit fiscal, câmbio flutuante, banco central independente e outras medidas desse tipo).

---

<sup>31</sup> PEC 215/2000;

<sup>32</sup> Projeto de Lei 3.842/12.

Os ultraliberais tentaram novamente entre 2003/2005, mas esse processo arrefeceu com o crescimento econômico a partir de 2006.

Agora é uma nova oportunidade para terminar esse serviço. Na reforma do Estado, a ideia é privatizar tudo o que for possível. No campo macroeconômico, dentre outros dispositivos, existem projetos que tramitam no Congresso para dar autonomia jurídica de fato ao Banco Central e para criar uma autoridade fiscal independente. Se tiverem êxito, as políticas fiscal e monetária, núcleos das políticas distributivas, não estarão mais ao alcance da sociedade. Apenas alguns burocratas, eleitos pelo poder econômico, ditarão as regras.

Mas é, sobretudo, no campo social que as propostas são mais radicais. Há uma agenda de reformas trabalhistas que representam um retrocesso de um século de conquistas. Outro foco é “rever o pacto social da redemocratização” e acabar com a cidadania conquistada pela sociedade em 1988.

Estamos assistindo a um processo de destruição do estado social e da implantação do estado liberal. Estão implodindo todas as pontes para o desenvolvimento. É o *impeachment* do processo civilizatório. Está ficando cada vez mais claro que a democracia e a cidadania social são corpos estranhos ao capitalismo brasileiro.

Sim, existem alternativas. A mais eficaz é fazer crescer a economia. Impossível ter êxito em algum ajuste fiscal, com a economia em queda livre. O crescimento requer, pelo menos, tornar flexíveis os fundamentos doutrinários consubstanciados no tripé macroeconômico, seguindo-se a vasta experiência internacional.

A segunda alternativa é reduzir a taxa de juros que transferiu para os detentores da riqueza R\$ 500 bilhões em 2015 (equivalente a mais de cinquenta anos de gastos federais em saneamento, por exemplo). Não existem justificativas técnicas para que o Brasil (com dívida bruta de 66,2% do PIB) pague 8,5% de juros, enquanto que a Grécia, literalmente quebrada, com dívida bruta/PIB quase três vezes superior (197% do PIB), pague menos da metade (4,2% do PIB).

O ajuste fiscal também poderia ser obtido pela radical revisão da política de isenções fiscais para setores econômicos selecionados e famílias de alta renda. Essa política retira R\$ 280 bilhões anuais dos cofres da União. Isso significa que anualmente o governo federal simplesmente abre mão de arrecadar 25% das suas receitas.<sup>33</sup>

O ajuste das contas públicas também seria alcançado pelo firme combate à sonegação de impostos que, segundo estudos do Banco Mundial, atinge 14% do PIB (cerca de R\$ 800 bilhões anuais deixam de ser arrecadados). Na mesma perspectiva, coloca-se a necessidade de cobrar a dívida ativa, cujo estoque supera a cifra de R\$ 1,5 trilhão. Estudos recentes revelam que apenas 135 pessoas físicas e jurídicas devem mais de R\$ 370 bilhões ao fisco.<sup>34</sup>

Finalmente, o ajuste fiscal pode ser viabilizado mediante uma reforma tributária que incida sobre lucros, dividendos, heranças e patrimônio, como tem sido apontada por diversos especialistas, como Rodrigo Orair e Sergio Gobetti, por exemplo.<sup>35</sup>

Portanto, existem alternativas. Mas a questão é política e reflete a correlação de forças favoráveis aos detentores da riqueza, dentro e fora do governo, dentro e fora do país.

---

<sup>33</sup> Consultar artigo de Evilásio Salvador:  
<https://revistapoliticasocialedesenvolvimento.com/2015/05/18/19/>

<sup>34</sup> <http://www.valor.com.br/brasil/3333552/no-mundo-brasil-so-perde-para-russia-em-sonegacao-fiscal-diz-estudo>

<sup>35</sup> <http://www.cartacapital.com.br/economia/201cjabuticabas-consolidaram-subtributacao-do-lucro-no-brasil201d-7778.html>